



PLANO DE GESTÃO

2023 | 2024



PLANO DE GESTÃO

2023 | 2024

» APRESENTAÇÃO



GILBERTO DINIZ

Conselheiro-Presidente

Mais um ciclo se inicia e, com ele, a renovação do compromisso de fielmente cumprir a nobre missão deste Tribunal de Contas, de exercer o controle externo da Administração Pública de forma planejada, eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Sem jamais perder de vista as normas constitucionais que definem sua competência, e orientado pelas diretrizes definidas em seu Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026, o Tribunal de Contas, neste biênio que se inicia, pretende modernizar sua atuação, tanto nas ações de fiscalização, quanto nas atividades quotidianas que viabilizam o seu funcionamento.

Para tanto, dois pilares foram eleitos como prioritários na condução de processo de aperfeiçoamento.

O primeiro deles é a intensificação do uso das ferramentas de tecnologia das quais já dispõe, alinhada a uma perspectiva de transformação digital, para maximização do desempenho institucional.

Com isso, será possível avançar em temas tão caros às competências finalísticas deste Tribunal, como a orientação da seletividade e do planejamento das ações de controle, a avaliação de riscos, a atuação preventiva, concomitante e dialógica, além da ampliação da abrangência da fiscalização, sem perder de vista a tempestividade da sua ocorrência.

A intensificação do uso da tecnologia também será o suporte para a melhoria dos processos internos de trabalho, com a otimização da aplicação dos recursos e a promoção da sustentabilidade.

O segundo pilar é o da capacitação, interna e externa, de modo a implementar as diretrizes de aprendizagem organizacional para desenvolver competências que, uma vez aplicadas, criarão condições para uma gestão mais eficiente e alinhada aos objetivos estratégicos definidos pela Instituição.

O processo contínuo de evolução da Instituição demanda que, no momento atual, as práticas de governança, integridade e gestão de risco já em funcionamento sejam integradas, permitindo a definição de um modelo institucional que, ao longo dos anos, propiciará a consolidação de uma cultura de governança, integridade e gestão de risco.

Assim, em cumprimento aos arts. 8º e 13, III, da Resolução nº. 08, de 2017, apresento, nesta oportunidade, o Plano de Gestão para o biênio 2023-2024, por meio do qual foram definidos os projetos e ações que contribuirão para o atingimento de seus objetivos estratégicos, culminando, em última análise, na consecução dos propósitos deste Tribunal.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Vice-Presidente

Conselheiro Durval Ângelo Andrade

Corregedor

Conselheiro Wanderley Geraldo de Ávila

Ouvidor

Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Conselheiros

José Alves Viana

Agostinho Célio Andrade Patrus

Mauri José Torres Duarte

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

Adonias Fernandes Monteiro

Telmo de Moura Passareli

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Subprocurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Elke Andrade Soares de Moura

Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte

Cristina Andrade Melo

Elaboração

Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Milena de Brito Alves | Diretora

Aline Loreto Machado de Assis

Aridelma da Silva Peixoto

Joelma Conceição Zeferino de Oliveira

Márcia Aparecida Cordeiro

Marcos Túlio Evangelista

Maria Cristina Gonçalves Torres

Maria José Diniz Mourão

Coordenadoria de Projetos e Inovação

Bárbara Couto Cansado Santos | Coordenadora

Ana Karina de Oliveira Milhomem

Ana Paula Ribeiro Coelho

Mary Suely Amaral Levcovitz

Realização

Diretoria de Comunicação

Luiz Cláudio Diniz Mendes | Diretor

Coordenadoria de Publicidade e Marketing

André Augusto Costa Zocrato | Coordenador

André Luiz de Oliveira Junior

Bruna Gontijo Pellegrino

Giovana Fernandes Almeida

Lívia Maria Barbosa Salgado

Thiago Rios Gomes

Projeto Gráfico e diagramação

Vívian de Paula

CONTEXTUALIZAÇÃO



O Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme previsto na Resolução n. 08/2017, consiste em um conjunto de metodologias, ferramentas e ações gerenciais voltadas para o aprimoramento da gestão e a obtenção de resultados, visando subsidiar a definição, a execução, o acompanhamento, a avaliação, a comunicação e a revisão da estratégia institucional, de forma a contribuir para o cumprimento da missão e para concretização da visão de futuro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG.

O Tribunal adota 4 (quatro) instrumentos de planejamento: o Plano Estratégico, referência para a elaboração dos demais, os Painéis de Contribuição, o Plano de Gestão e o Plano Anual.

O Plano de Gestão define, em consonância com o Plano Estratégico, as diretrizes da gestão, contemplando os objetivos e as iniciativas estratégicas priorizadas, além de outras demandas relevantes a serem desenvolvidas no período.

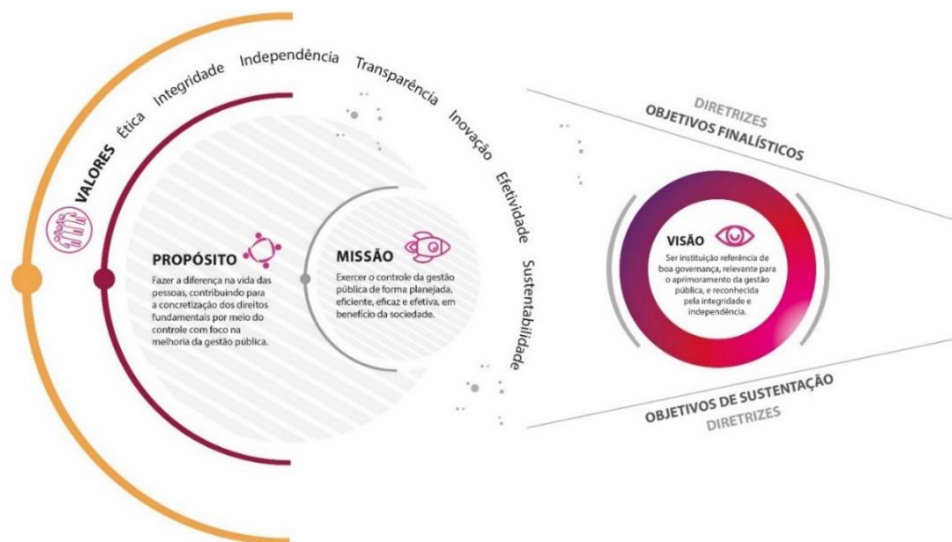
Para elaboração do Plano de Gestão 2023-2024, foram priorizados os objetivos e as iniciativas estratégicas que apresentam maior alinhamento com as diretrizes estabelecidas para a gestão e definidos os projetos e ações a serem realizados. Foram contemplados, também, os projetos e ações estratégicas constantes do Plano de Gestão anterior que ainda se encontram em execução.

Com base no Plano de Gestão do biênio 2023-2024, serão elaborados, em conjunto com os dirigentes das áreas, os Planos Anuais, que detalharão os projetos e as ações definidos, visando ao alcance dos resultados.

Considerando o caráter contínuo do planejamento estratégico, determinados projetos e ações estratégicas são resultantes de alterações que ocorrem, naturalmente, no decorrer do Plano Estratégico 2021-2026, os indicadores e as metas do Presente Plano de Gestão estão sendo revistos e serão publicados junto ao Plano Anual de 2024.

Até que seja realizada a revisão do desdobramento do Planejamento Estratégico, o monitoramento do Plano de Gestão ocorrerá de acordo com o percentual de execução dos Projetos e Ações Estratégicas priorizadas.

A seguir, o Mapa Estratégico do Tribunal.



OBJETIVOS FINALÍSTICOS

- ✓ Criar sistemática institucionalizada de monitoramento das ações e decisões do Tribunal, que possibilite registrar e mensurar seus resultados e o benefício gerado para a sociedade.
- ✓ Aprimorar a comunicação e diversificar os instrumentos de divulgação dos resultados das ações de controle externo, considerando os diferentes públicos de interesse.
- ✓ Intensificar a atuação do controle na avaliação do desempenho e do impacto dos programas e políticas públicas, com foco na melhoria da governança pública.
- ✓ Desenvolver e implantar uma estratégia de transformação digital, repensando as ações de controle no contexto digital.
- ✓ Implantar sistemática de seleção de temas e de planejamento das ações de controle alinhadas às diretrizes estratégicas, às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASPs e aos pronunciamentos da Intosai.
- ✓ Promover aderência aos padrões nacionais e internacionais de qualidade nas ações de controle externo.
- ✓ Aprimorar a gestão de processos finalísticos, com foco em resultados tempestivos e relevantes, que agreguem valor à sociedade.
- ✓ Aprimorar e intensificar as ações de cooperação, coordenação e colaboração com outros órgãos de controle, bem como as ações em parceria com a academia, a administração pública e a sociedade.
- ✓ Intensificar a atuação preventiva, concomitante e dialógica, baseada em análise de risco e na visão sistêmica do objeto fiscalizado, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública.



OBJETIVOS DE SUSTENTAÇÃO

- ✓ Otimizar o planejamento e a gestão dos recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, assegurando o alinhamento com a estratégia por meio de critérios institucionais de priorização e com o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Aprimorar a governança, de pessoas considerando os diversos vínculos de trabalho, e fortalecer a gestão por competências alinhando todos os subsistemas de gestão de pessoas.
- ✓ Estabelecer e implementar estratégia institucional para gestão da terceirização e a sua integração na força de trabalho do Tribunal.
- ✓ Criar e implementar modelo institucional estruturado de governança, integridade e gestão de riscos.
- ✓ Implantar a gestão do conhecimento, com a definição de política, processos e práticas.
- ✓ Promover integração e sinergia institucional, aprimorando os instrumentos de comunicação interna.
- ✓ Desenvolver e mapear competências gerenciais, considerando o perfil profissional necessário e a criação de um programa permanente de formação e seleção de líderes.
- ✓ Aprimorar a estratégia de dimensionamento e gestão da força de trabalho e do desempenho, vinculando a movimentação e a alocação de pessoas a critérios técnicos.
- ✓ Desenvolver competências digitais, disseminar a cultura de dados e implantar a governança de dados e de tecnologia da informação alinhada à estratégia.
- ✓ Implantar política e programa de educação corporativa, estabelecendo princípios e diretrizes de aprendizagem organizacional, alinhados às melhores práticas educacionais.





>> 1) METAS INSTITUCIONAIS

Metas do PPAG

Indicadores	Metas	
	2023	2024
Índice de cumprimento do Plano Anual de Fiscalização – PAF (%)	80	80
Percentual de ações de fiscalização previstas no Plano Anual de Fiscalização – PAF alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (%)	85	85
Percentual de Macrorregiões do Estado alcançadas pela fiscalização do Tribunal (%)	100	100
Índice de deliberação de processos de atos de pessoal com ano referência nos 6 (seis) últimos exercícios (%)	75	75
Índice de deliberação de processos, com ano referência 2021/2022 para PCA e Pedido de Reexame, e 4 exercícios anteriores a 2022 para demais naturezas (%)	60	60
Índice de processos de Auditorias deliberados no prazo de 360 dias da autuação, em relação ao total de Auditorias autuadas no ano anterior (%)	30	50
Número de ações de controle remoto da despesa pública, a partir de cruzamento de informação de bancos de dados próprios ou de terceiros (unidade)	7	10
Número de indícios de irregularidade decorrentes do cruzamento de dados que foram levados ao conhecimento dos jurisdicionados (unidade)	5.000	7.000
Número de irregularidades sanadas ou evitadas dispensando a formalização de processo (unidade)	150	300
Volume de recursos públicos envolvido no controle remoto prévio ou concomitante à realização da despesa pública (R\$)	5.000.000.00,00	10.000.000.000,00
Número de agentes públicos e de particulares em colaboração com a Administração alcançados pelo controle remoto da realização da despesa pública (unidade)	5.000	10.000
Tipos de cruzamentos de dados realizados pelos sistemas utilizados nos procedimentos de controle remoto da realização da despesa pública (unidade)	30	50
Número de relatórios elaborados com o uso de sistemas nos procedimentos de controle remoto da realização da despesa pública (unidade)	50	70
[Meta física] Número de processos apreciados/julgados, cujos anos sejam: - para atos de pessoal: 6 últimos exercícios (2018 a 2023) - Meta 1.1; - para PCA e Pedidos de Reexame: 2 exercícios anteriores a 2023 (2021 e 2022) - Metas 2.1 e 2.2; - para demais naturezas: 4 exercícios anteriores a 2022 (2018 a 2021) - Meta 3.2;	16.400	16.400

Metas do PPAG

Indicadores	Metas	
	2023	2024
Estudos e pesquisas formalizados (unidade)	1	1
Índice de municípios do estado de Minas Gerais abrangidos pelas ações de capacitação realizadas pelo Tribunal (%)	75	75
Número de alunos certificados em título de pós-graduação realizada pela Escola de Contas (pessoa)	90	90
Número de inscritos em ações de capacitação na modalidade EAD produzidas pela Escola de Contas (pessoas capacitadas)	1.200	1.200
Percentual de analistas de controle externo que exerçam atividades de fiscalização que realizaram 40 horas de capacitação (%)	80	80
[Meta física] Número de inscrições	10.000	10.000

Metas de Deliberação de processos

Indicadores	Metas	
	2023	2024*
Número de processos deliberados no exercício corrente, das naturezas relativas a “Atos de Pessoal”, com ano de referência entre 2018 e 2023 [Meta Institucional 1.1].	15.600	15.600
Número de processos deliberados no exercício corrente, das naturezas relativas a “Atos de Pessoal”, com ano de referência até 2017 [Meta Institucional 1.2].	1.500	1.500
Número de processos deliberados no exercício corrente, das naturezas “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”, com ano de referência 2022 [Meta Institucional 2.1].	325	325
Número de processos deliberados no exercício corrente, das naturezas “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”, com ano de referência 2021 [Meta Institucional 2.2].	463	463
Número de processos deliberados no exercício corrente, das naturezas “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”, com ano de referência entre 2018 e 2020 [Meta Institucional 2.3].	129	129
Número de processos deliberados no exercício corrente, das naturezas “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”, com ano de referência até 2017 [Meta Institucional 2.4].	31	31
Número de processos deliberados no exercício corrente (excetuados os processos das naturezas relativas a “Atos de Pessoal”, “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”), com ano de referência 2022 e 2023 [Meta Institucional 3.1].	850	850
Número de processos deliberados no exercício corrente (excetuados os processos das naturezas relativas a “Atos de Pessoal”, “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”), com ano de referência entre 2018 e 2021 [Meta Institucional 3.2].	790	790
Número de processos deliberados no exercício corrente (excetuados os processos das naturezas relativas a “Atos de Pessoal”, “Prestação de Contas do Executivo Municipal” e “Pedido de Reexame”), com ano de referência até 2017 [Meta Institucional 3.3].	290	290

* Metas para 2024 serão detalhadas no Plano Anual consolidado.



2) DETALHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO

➤ 2.1 Objetivos Estratégicos Finalísticos

Objetivo Estratégico 01:

Criar sistemática institucionalizada de monitoramento das ações e decisões do Tribunal, que possibilite registrar e mensurar seus resultados e o benefício gerado para a sociedade.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

1.2. Elaborar e implantar sistemática de monitoramento das ações e deliberações do Tribunal.

b) Projetos e Ações Estratégicos

<i>Projeto - Monitoramento das decisões do Tribunal</i>			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Superintendência De Controle Externo	Elaborar metodologia de monitoramento das decisões do Tribunal.	Sistemática integrada e automatizada de monitoramento das ações e decisões do Tribunal, que propicie registrar e mensurar os resultados e os benefícios gerados para a sociedade, considerando o disposto na NBASP 12.	11/2024

Objetivo Estratégico 04:

Desenvolver e implantar uma estratégia de transformação digital, repensando as ações de controle no contexto digital.

a) Iniciativa Estratégica Priorizada

4.1. Desenvolver e aprimorar instrumentos de suporte ao controle externo com o uso da inteligência artificial, de forma a possibilitar ganhos de eficiência.

4.4. Elaborar e implementar estratégia de transformação digital do Tribunal.

b) Projetos e Ações Estratégicos

<i>Projeto – Aprimorar cadastro de informações sobre os responsáveis e aprimorar a comunicação (SGI)</i>			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Presidência	Implementar um cadastro único dos jurisdicionados, confiável e atualizado, constituído a partir de um procedimento institucionalizado de cadastro, validação e atualização, com definição clara de responsabilidades.	▪ Gestão unificada dos jurisdicionados e seus usuários para todos os sistemas do TCEMG; ▪ Utilização e comunicação com o jurisdicionado e seus usuários simplificada; ▪ Maior segurança no acesso aos sistemas do TCEMG.	11/2024

Projeto – Elaborar e implementar plano de dados abertos do Tribunal			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Presidência	Estabelecer a política de dados abertos do próprio TCEMG, instituindo o plano de dados abertos, sua operacionalização, sustentação, monitoramento e fomento ao uso de suas bases de dados.	▪ Acesso à informação; ▪ Promoção da transparência ativa; ▪ Melhoria do desempenho da entrega dos dados aos interessados; ▪ Incremento do acesso ao portal; ▪ Disseminação de dados para a sociedade favorecendo o controle social.	12/2023

Ação Estratégica – Realizar estudo (diagnóstico) sobre armazenamento e proposta de descarte de documentos eletrônicos			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Secretaria Geral da Presidência	Aprimorar a gestão de documentos digitais por meio de uma Política de Preservação Digital e de planos de ações que contemplem a gestão de dados e documentos digitais.	▪ Armazenamento em longo prazo de processos e documentos digitais garantindo sua autenticidade e integridade; ▪ Eliminação de documentos e dados desnecessários a fim de liberar armazenamento; ▪ Otimização das pesquisas nos sistemas; ▪ Priorização de recursos de segurança para dados que sejam necessariamente utilizados.	11/2023

Ação Estratégica – Regular o recebimento de documentos externos e internos			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Secretaria Geral da Presidência	Ter canal de entrada e recebimento dos documentos do TCEMG de forma limitada e devidamente disciplinada, a fim de eliminar a informalidade na remessa de documentos, principalmente os físicos, e, ainda, a duplicidade de protocolo.	▪ Gestão da entrada de documentos no Tribunal; ▪ Unificação de formato, tamanho e requisitos para entrada de documentos; ▪ Atendimento adequado aos jurisdicionados e cidadãos no acesso ao Tribunal; ▪ Registro do lastro da remessa do documento.	05/2024

Objetivo Estratégico 05:

Implantar sistemática de seleção de temas e de planejamento das ações de controle alinhados às diretrizes estratégicas, às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASPs e aos pronunciamentos da Intosai.

a) Iniciativa Estratégica Priorizada

5.1. Elaborar e implementar sistemática de seleção de temas e de planejamento das ações de controle alinhadas às Diretrizes Estratégicas, NBASPs e pronunciamentos da Intosai.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Planejamento das ações de fiscalização			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Superintendência de Controle Externo	Estabelecer processo de trabalho para o planejamento das ações de fiscalização, incluindo todas as etapas mapeadas.	▪ Sistemática de planejamento, conhecimento e análise do universo de controle, de modo a subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e o acompanhamento dos riscos; ▪ Critérios institucionais de seletividade definidos com base em temas de maior relevância, considerando o desenho do processo de trabalho; ▪ Maior transparência no processo de definição das ações de fiscalização.	11/2024

Objetivo Estratégico 07:

Aprimorar a gestão de processos finalísticos, com foco em resultados tempestivos e relevantes, que agreguem valor à sociedade.

a) Iniciativa Estratégica Priorizada

7.1. Aprimorar processos de trabalho finalísticos, mapeando prazos e desempenho, com foco na eliminação de gargalos que dificultem a atuação relevante e tempestiva.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Atos de aposentadoria, reforma e pensão			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal	Implantar o processo eletrônico dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão, bem como dos atos de complementação e de cancelamento.	▪ Redução de custos com impressão e uso de papel; ▪ Registro do ato realizado no prazo estabelecido; ▪ Implantação da sistemática eletrônica; ▪ Maior celeridade na tramitação do processo; ▪ Otimização do trabalho, com redução de tempo e aumento de produtividade; ▪ Sistemática de monitoramento dos prazos de forma automatizada.	03/2023

Projeto – Redesenho e automatização da LRF			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	Tornar mais ágeis e efetivas as decisões do Tribunal relacionadas à gestão fiscal.	▪ Emissão tempestiva dos alertas; ▪ Efetividade e tempestividade no acompanhamento da gestão fiscal; ▪ Maior efetividade à análise das contas de prefeitos; ▪ Aprimoramento da gestão pública a partir da adoção das medidas corretivas recomendadas; ▪ Possibilidade de uso das informações de gestão fiscal no planejamento das ações fiscalizatórias; ▪ Controle concomitante da gestão fiscal dos municípios mineiros.	12/2023

Projeto – Aprimoramento do Módulo Edital - FISCAP			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal	Aprimorar análise de editais de concurso público no sistema FISCAP - Edital.	▪ Aumento da qualidade das informações inseridas no sistema; ▪ Definição de critérios de ponderação para as críticas apontadas no sistema; ▪ Confiabilidade na manutenção dos dados coletados; ▪ Transparência aos procedimentos de autuação; ▪ Eficácia na seleção dos editais a serem autuados; ▪ Maior integração entre o FISCAP e o SGAP; ▪ Aprimoramento dos normativos relativos à fiscalização dos editais de concursos públicos; ▪ Agilidade na análise do edital diante da demora na anexação da retificação ao processo; ▪ Objetividade e padronização na análise técnica dos editais; ▪ Maior celeridade e efetividade do Tribunal na fiscalização dos editais.	05/2023

Projeto – Atos de Admissão			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal	Viabilizar a apreciação da legalidade dos atos de admissão decorrentes de concurso público, para fins de registro, em cumprimento à missão constitucional do Tribunal.	▪ Cumprimento da competência constitucional contida no art. 71, inciso III, da CR/88; ▪ Maior legitimidade, transparência e segurança jurídica à admissão de pessoal por concurso; ▪ Realização do controle e do registro dos atos de admissão decorrentes de concurso público efetuados pelos jurisdicionados; ▪ Automatização do envio de dados e de sua análise inicial; ▪ Fiscalização célere dos atos de admissão decorrentes de concurso público; ▪ Definição de procedimentos de análise para o controle da admissão de pessoal por concurso; ▪ Aperfeiçoamento de atos normativos atinentes ao controle de admissão de pessoal por concurso; ▪ Incremento ao cruzamento de informações das diversas bases de dados usados pelo Tribunal; ▪ Aproveitamento dos recursos tecnológicos disponíveis para ampliar e integrar as ações de controle.	11/2024

Projeto – Aprimoramento da sistemática de emissão de certidões			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	Reestruturar a sistemática de emissão de certidões de índices constitucionais e legais para atender as demandas dos jurisdicionados de forma tempestiva.	▪ Viabilizar a solicitação de emissão de certidão por Poder e Órgão; ▪ Eliminar procedimentos manuais do processo de emissão de certidão; ▪ Possibilitar a invalidação de certidão após processamento de substituições que modifiquem as informações atestadas; ▪ Propiciar a gestão do conhecimento com o registro de todas as etapas e dados necessários para a elaboração de todas as certidões (ensino, saúde, despesa com pessoal, Fundeb, limites da LRF, competência tributária e para fins de operação de crédito).	11/2024

Projeto – Sistema de Acompanhamento de indícios			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência	Desenvolver ambiente para automatizar a fiscalização e a interlocução com os jurisdicionados a fim de esclarecer e/ou regularizar indícios identificados nas trilhas eletrônicas de fiscalização.	▪ Possibilidade de aumento da amplitude das ações de controle a partir de trilhas eletrônicas de fiscalização; ▪ Redução do tempo de fiscalização (tempestividade na identificação e atuação do indício); ▪ Melhoria no fluxo de informação com o jurisdicionado, a partir do envio de alertas, sistema de notificações e painel de gestão (<i>dashboards</i>); ▪ Possibilidade futura de integração entre todas as trilhas de fiscalização a partir de um sistema modular.	11/2024

Projeto – Painéis de fiscalização			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência	Desenvolver ferramentas de análise capazes de converter grandes volumes de dados em painéis informativos de forma a subsidiar a identificação de ações de fiscalização em órgãos e entidade.	▪ Ampliar a avaliação das informações disponíveis em órgãos e entidades como câmaras municipais, consórcios públicos, associações, de forma a produzir conhecimento e viabilizar ações de fiscalizações mais assertivas pelo Tribunal; ▪ Possibilitar a identificação de falhas na comunicação ou ausência de informações recebidas pelo Tribunal, visando a melhoria tanto da qualidade dos dados quanto na redução da inadimplência dos referidos órgãos e entidades; ▪ Disponibilizar ferramentas de visualização capazes de emitir um diagnóstico e direcionar potenciais ações de fiscalização/auditoria contínua.	11/2024

Projeto – Contas de Governo municipais			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Controle Externo Dos Municípios	Automatização do processo de análise de Contas de Governo municipais.	▪ Automatização da Análise de documentos em formato pdf; ▪ Utilização de inteligência artificial para a análise inicial das contas de governo; ▪ Permitir o cruzamento de informações nas diversas bases de dados usadas pelo TCEMG; ▪ Conferir maior agilidade ao trâmite do processo; ▪ Avaliação das etapas do processo passíveis de automatização em ciclos futuros; ▪ Possibilitar a melhoria do escopo de análise de Prestações de Contas.	11/2024

Projeto – Módulo Edital de Licitação			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Fiscalização Integrada e Inteligência	Possibilitar o recebimento de todos os editais de licitação, de forma tempestiva, encaminhados pelos jurisdicionados em módulo do SICOM.	Ampliação das ações de controle a partir dos editais de licitação encaminhados tempestivamente pelos jurisdicionados ao Tribunal.	11/2024

Ação Estratégica – Contas de Gestão estaduais			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Controle Externo do Estado	Aprimorar sistemática de definição de escopo e de análise das contas de gestão estaduais.	- Maior integração entre os instrumentos de fiscalização e as contas; - Análise com base em critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade; - Ampliação da análise de dados aplicáveis às contas.	11/2024

Objetivo Estratégico 09:

Intensificar a atuação preventiva, concomitante e dialógica, baseada em análise de risco e na visão sistêmica do objeto fiscalizado, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

9.1. Implantar sistemática de acompanhamento dos atos de gestão, pautada em critérios de análise de risco e na visão sistêmica do objeto fiscalizado.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto - Matriz de Risco			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria Geral	Implementar um sistema que forneça informações parametrizadas a fim de promover ações assertivas de fiscalização do TCEMG.	- Otimização dos recursos disponíveis; - Melhoria nas metas institucionais e do PPAG; - Melhoria do resultado do MMD; - Cumprimento dos dispositivos legais e do RITCMG; - Melhoria da qualidade da ação fiscalizatória; - Melhoria na transparência das ações do TCEMG; - Melhor aproveitamento da base informacional do TCEMG; - Facilidade na busca de informações para subsidiar a fiscalização; - Clareza na identificação do objeto a ser fiscalizado.	12/2023

Ação Estratégica – Elaborar metodologia de acompanhamento			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Superintendência de Controle Externo	Elaborar metodologia de acompanhamento dos atos de gestão.	Intensificação das ações de controle preventivo e concomitante.	05/2023

➤ 2.2 Objetivos Estratégicos de Sustentação

Objetivo Estratégico 10:

Otimizar o planejamento e a gestão dos recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, assegurando o alinhamento com a estratégia por meio de critérios institucionais de priorização e com o desenvolvimento sustentável.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

10.2. Implantar processo de Governança das Contratações, incluindo a realização de planejamento institucional específico e estabelecimento de métricas para mensuração dos resultados dos contratos.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Migrar os Sistemas do Ambiente de Produção na Nuvem			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Tecnologia da Informação	Implantar e migrar o banco de dados e aplicações para a nuvem.	- Redução de custo financeiro com manutenção do banco de dados; - Diminuição de esforços operacionais de TI.	07/2024

Projeto – Sistema de Custos - TCSIC			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Finanças	Implantar sistema de gestão de custos para subsidiar a tomada de decisão e atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, normatizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Informação sobre custos disponibilizada para apoiar a tomada de decisão.	07/2023

Projeto – Sustentabilidade			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Administração	Fomentar a responsabilidade socioambiental no âmbito do Tribunal.	- Diminuição do risco de acidentes ecológicos; - Redução na utilização de recursos energéticos, materiais e humanos; - Aplicação da legislação ambiental; - Ampliação motivacional e participativa dos colaboradores na gestão interna; - Redução na geração de resíduos.	07/2024

Projeto – Planejamento das contratações			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Superintendência de Gestão e Finanças	Aprimorar o processo de governança das contratações.	- Resultados da execução contratual maximizados; - Procedimentos de contratação padronizados; - Aprimoramento do processos de trabalho de forma contínua e planejada.	11/2023

Ação Estratégica – Adotar métricas objetivas para mensuração dos resultados dos contratos			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Administração	Aprimorar o processo de governança das contratações, identificando contratos passíveis de adoção de métricas de mensuração de resultado.	- Melhoria dos resultados das contratações efetivadas; - Atuação de gestores e fiscais de contratos facilitada; - Aprimoramento da contratação da prestação de serviços segundo métricas objetivas; - Disponibilização de informações importantes para o monitoramento estratégico e operacional; - Estar apto para adoção de métricas em outros contratos.	11/2023

Objetivo Estratégico 11:

Aprimorar a governança de pessoas, considerando os diversos vínculos de trabalho, e fortalecer a gestão por competências alinhando todos os subsistemas de gestão de pessoas.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

11.1. Capacitar os gestores em conceitos, ferramentas e práticas relativas ao modelo de gestão de pessoas por competências adotado pelo Tribunal.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Avaliação de Desempenho por Competências automatizada no SIGESP			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Desenvolver o módulo de Avaliação de Desempenho por Competências no SIGESP.	- Maior agilidade e segurança na operacionalização do processo de avaliação de desempenho por competências; - Fortalecimento do modelo de gestão por competências; - Melhoria da gestão do desempenho; - Melhoria do acesso do gestor para a realização da avaliação; - Maior transparência e divulgação do modelo de gestão por competências; - Acesso à ferramenta que proporcione a gestão por competências de forma automatizada.	11/2024

Projeto - Automatização dos Procedimentos da Folha de Pagamento			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Automatizar os relatórios de folha de pagamento para otimizar atividades operacionais.	▪ Agilidade nos procedimentos da folha de pagamento; ▪ Redução da mão de obra para execução das atividades; ▪ Eliminação do retrabalho; ▪ Padronização da execução dos procedimentos, gerando maior confiabilidade.	11/2024

Ação Estratégica – Definir os subsistemas de gestão de pessoas do Tribunal e alinhá-los ao modelo de gestão por competências.			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Consolidar o modelo de gestão de pessoas por competências no TCEMG.	▪ Fortalecimento do modelo de gestão por competências; ▪ Maior assertividade na alocação de pessoas; ▪ Maior assertividade nas ações de capacitação; ▪ Melhoria na gestão do desempenho; ▪ Aumento da motivação e engajamento das equipes.	05/2023

Ação Estratégica – Elaborar proposta de novo plano de carreira.			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Consolidar o modelo de gestão de pessoas por competências no TCEMG.	▪ Plano de Carreira adequado ao modelo de gestão por competências.	12/2023

Ação Estratégica – Implementar plano de ação para melhoria do IGovPessoas - TCU			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Aprimoramento das práticas de governança e gestão de pessoas na instituição.	▪ Aumentar o índice de governança em gestão de pessoas.	11/2024

Objetivo Estratégico 12:

Estabelecer e implementar estratégia institucional para gestão da terceirização e a sua integração na força de trabalho do Tribunal.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

12.2. Iniciativa Emergente - Institucionalizar a gestão da terceirização

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Aprimorar a gestão da força de trabalho terceirizada no Tribunal			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Superintendência de Gestão e Finanças	Contribuir para o aprimoramento do desempenho institucional com a definição das diretrizes da gestão da terceirização.	▪ Compatibilização das atividades realizadas pelos servidores e prestadores de serviço.	11/2024

Objetivo Estratégico 13:

Criar e implementar modelo institucional estruturado de governança, integridade e gestão de riscos.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

13.1. Implantar modelo institucional de governança, integridade e gestão de riscos.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Governança de Privacidade e Gestão de Informações Pessoais - LGPD			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Núcleo de Proteção de Dados	Garantir a adequação do Tribunal às determinações da Lei 13.708/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	▪ Segurança de dados pessoais garantida; ▪ Mapeamento do fluxo de dados pessoais, garantindo a efetividade da Lei; ▪ Maior clareza quanto aos fluxos de trabalho e procedimentos operacionais; ▪ Credibilidade da instituição frente ao público externo e interno; ▪ Melhoria e agilidade no atendimento à demanda externa.	07/2023

Ação Estratégica – Plano de Governança, Integridade e Gestão de Riscos			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Controladoria Interna	Elaborar plano com diretrizes para a implementação da Governança, Integridade e Gestão de Riscos na Casa.	▪ Difusão de boas práticas de governança, integridade e gestão de riscos em conformidade com a missão, visão e valores expressos no Plano Estratégico 2021-2026; ▪ Melhorias dos canais de comunicação do TCEMG; ▪ Aprimoramento dos canais de transparência do Tribunal.	06/2023

Objetivo Estratégico 14:

Implantar a gestão do conhecimento, com a definição de política, processos e práticas.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

14.2. Elaborar e implementar plano de gestão do conhecimento para os processos de trabalho críticos priorizados, incluindo o estabelecimento de práticas e ferramentas tecnológicas.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Ação Estratégica – Elaborar proposta de plano bienal de projetos e ações de gestão do conhecimento, com base nos diagnósticos de que trata o inciso II do art. 6º da Resolução 01/2022.			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Comitê Estratégico de Gestão do Conhecimento	Propor processos e áreas candidatas para realizarem iniciativas de gestão do conhecimento.	- Preservação do conhecimento fundamental para a execução dos processos de trabalho em risco de descontinuidade; - Fomento a um ambiente colaborativo por meio do compartilhamento e da disseminação do conhecimento intraorganizacional; - Melhoria na aprendizagem organizacional por meio da otimização do uso do conhecimento; - Desenvolvimento da cultura da gestão do conhecimento no Tribunal.	12/2023

Objetivo Estratégico 16:

Desenvolver e mapear competências gerenciais, considerando o perfil profissional necessário e a criação de um programa permanente de formação e seleção de líderes.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

16.1. Elaborar e implementar programa permanente de formação e seleção de líderes, bem como banco de talentos.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Ação Estratégica – Definir e aprovar as atribuições dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas com atribuição definida e por pontuação			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Aprimorar a governança pública, com foco na formação e desenvolvimento de competências de gestão e liderança.	- Transparência e efetividade aos dispositivos constitucionais e legais; - Fortalecimento do modelo de gestão de pessoas por competências.	12/2023

Ação Estratégica – Implantar o Programa Permanente de Seleção de Líderes			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria de Gestão de Pessoas	Aprimorar a governança pública com foco na formação e desenvolvimento de competências de gestão e liderança.	- Servidores capacitados nas competências de liderança; - Criação de um banco de talentos de gestores para subsidiar a escolha de futuros gestores; - Fortalecimento do modelo de gestão de pessoas por competências.	11/2024

Objetivo Estratégico 17:

Aprimorar a estratégia de dimensionamento e gestão da força de trabalho e do desempenho, vinculando a movimentação e a alocação de pessoas a critérios técnicos.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

17.1. Promover a alocação de pessoas, baseada na gestão do dimensionamento da força de trabalho e nos perfis profissionais desejados (documentados) pelas unidades organizacionais.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Nova Mesa de Trabalho – DFT			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Superintendência de Controle Externo	Aprimorar a Mesa de Trabalho e a medição do tempo de execução das atividades na unidade técnica, visando implantar nova sistemática de gestão e de dimensionamento da força de trabalho.	▪ Mesa de trabalho englobando as atividades de instrução processual e documental no SGAP; ▪ Melhoria da gestão de desempenho; ▪ Possibilidade de estabelecimento de metas qualitativas; ▪ Aprimoramento da definição das metas; ▪ Uniformização dos critérios de gestão desempenho priorização; ▪ Maior facilidade de uso da mesa de trabalho; ▪ Implantação de ferramenta adequada de apoio a gestão e do DFT; ▪ Maior precisão na medição do tempo de trabalho por atividade; ▪ Qualificação do estoque de processos e documentos em tramitação no Tribunal por complexidade e critérios de seletividade.	03/2024

Objetivo Estratégico 18:

Desenvolver competências digitais, disseminar a cultura de dados e implantar a governança de dados e de tecnologia da informação alinhada à estratégia.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

18.2. Elaborar e implantar modelo institucional de governança em TI, incluindo processo de planejamento específico e definição de papéis e responsabilidades como o de gestores de negócio dos sistemas de TI.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Elaborar e implantar modelo institucional de governança em TI, incluindo processo de planejamento específico e definição de papéis e responsabilidades como o de gestores de negócio dos sistemas de TI			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Presidência	Criar uma sistemática institucional de governança de TI.	- Processos de trabalho de tecnologia da informação alinhados aos paradigmas e desafios da transformação digital; - Potencialização dos recursos de TI existentes; - Maior efetividade no atendimento às necessidades de negócio corporativas e finalísticas.	12/2023

Objetivo Estratégico 19:

Implantar política e programa de educação corporativa, estabelecendo princípios e diretrizes de aprendizagem organizacional, alinhados às melhores práticas educacionais.

a) Iniciativas Estratégicas Priorizadas

19.1. Criar programa de desenvolvimento das pessoas e equipes com base nas necessidades da unidade/equipe e dos respectivos processos de trabalho e produtos entregues.

19.2. Implantar programa de educação corporativa alinhado ao modelo de gestão por competências e às diretrizes estratégicas.

b) Projetos e Ações Estratégicos

Projeto – Educação Corporativa			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo	Criar programa de desenvolvimento das pessoas e equipes estabelecendo princípios e diretrizes de aprendizagem organizacional e implantar piloto.	- Planejamento efetivo das ações de capacitação da Escola; - Quadro de servidores e colaboradores da Escola de Contas adequado às atribuições; - Alta performance de pessoas e equipes; - Ações de capacitação assertivas; - Sistemas ágeis, seguros e efetivos; - Construção de uma cultura de aprendizagem no TCE; - Otimização dos gastos nas ações de capacitação; - Aumento da participação do público-alvo nas capacitações; - Aumento da capacidade de atendimento das demandas de capacitação; - Gestão do conhecimento.	06/2023

Projeto – Curso de mestrado profissional para servidores do TCEMG			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo	Ampliar o desenvolvimento profissional no âmbito do controle externo por meio da oferta de curso de pós-graduação stricto sensu, mestrado profissional aos servidores do Tribunal, em parceria com instituição de referência.	▪ Planejamento pedagógico assertivo da matriz curricular com foco no desenvolvimento dos profissionais do controle externo; ▪ Estabelecimento de critérios que permitam a seleção de público-alvo de forma estratégica; ▪ Ampliação das modalidades de formação continuada ofertadas pela Escola de Contas; ▪ Equipe do Tribunal mais capacitada para desempenho de suas atividades.	11/2024

Projeto – e-Eventos			
ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO*
Diretoria da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo	Construir sistema de gestão de divulgação / inscrição / avaliação / certificação de ações da educação corporativa do TCEMG, visando a otimização das ações de capacitação promovidas pela Escola de Contas.	▪ Atendimento eficiente às demandas do Programa de Educação Corporativa; ▪ Oferta ferramenta apta a divulgação / inscrição / avaliação / certificação de ações; ▪ Economia de tempo dos envolvidos na Escola, na Comunicação e na TI, evitando retrabalho contínuo; ▪ Efetividade no cumprimento da missão da Escola.	04/2024

*Obs: A previsão de conclusão, apontada nesse Plano de Gestão, poderá ser alterada conforme detalhamento dos projetos e ações estratégicas.



Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo
Belo Horizonte / MG - CEP 30380-435
Tel. (31) 3348-2111
www.tce.mg.gov.br